

Heloisa Constantino

UM SINO EM SILÊNCIO

Vestígios da Memória da Venerável

Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Mogi das Cruzes - SP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

2013

Heloisa Constantino

UM SINO EM SILÊNCIO

Vestígios da Memória da Venerável

Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Mogi das Cruzes - SP

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Especialista em Ciências da Religião, sob orientação do Professor Doutor Fernando Torres-Londoño

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

2013

Heloisa Constantino

UM SINO EM SILÊNCIO

Vestígios da Memória da Venerável

Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Mogi das Cruzes - SP

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Especialista em Ciências da Religião, sob orientação do Professor Doutor Fernando Torres-Londoño

COMISSÃO EXAMINADORA

São Paulo, ____ de _____ de 2013.

Ao

Padre João de Oliveira Rosa Filho,
agradeço a paciência, a dedicação
e a companhia nesta jornada.

Resumo

Este estudo tem como objeto a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da cidade de Mogi das Cruzes/SP, cuja Igreja foi demolida na década de 1960, logo que foi criada a Diocese de Mogi das Cruzes, para dar lugar a um hotel e centro comercial na cidade. Depois de um panorama geral sobre a religiosidade trazida de Portugal pelos colonizadores, sobre a posição oficial da Igreja diante da colonização e sobre a efetiva ação das Ordens religiosas no período, é destacado o papel das Irmandades na organização dos leigos dentro da Igreja. Em linhas gerais, também foi estudada a religiosidade do povo africano, trazido ao Brasil na condição de escravos: seus usos e costumes ancestrais e o processo de adaptação à nova religião. E por fim foi feita uma análise dos poucos registros encontrados no Arquivo Metropolitano da Arquidiocese de São Paulo que dizem respeito à Irmandade do Rosário de Mogi em comparação aos modelos de Irmandades que existiram na região das Minas Gerais no século XVIII, o que possibilitou provar sua efetiva existência no período de 1746 a 1932, embora não tenha ficado claro o motivo do desaparecimento da Irmandade, como organização, e consequente abandono do prédio da Igreja do Rosário.

Palavras chave: Irmandade do Rosário, catolicismo popular, evangelização, escravidão.

Abstract

This study has as objective the Brotherhood of Our Lady of Rosary of black man on the city of Mogi das Cruzes/SP, who the church was pull down on the decade of 1960, with the foundation of the episcopal providence of Mogi das Cruzes, to give his place to a hotel e commercial center in the city. After a hole panorama about the religion brought of Portugal, about the official position of the Church above the colonization and the effective action of the religious order in the period, is highlighted the paper of the brotherhood in the organization of the layman inside the Church. In general lines, is also study the religion of the African people, brought to Brazil as slaves: your uses and costumes and the adaption process into a new religion. And at least it was make an analyses about the few registers who was found it on the Metropolitan Archive from de Archdiocese of São Paulo who says about the Brotherhood of Rosary of Mogi to compare with the models of the Brotherhood that exist in Minas Gerais on the XVII century, what allow us to prove your effective existence in the period of 1746 to 1932, although it was not clear why the Brotherhood has disappear, as organization, and consequently the abandon of the building of the Church of Rosary.

Keywords: Brotherhood of Rosary, Popular Catholicism, Evangelization, Slavery.

Sumário

Introdução	7
1. A Paróquia de Sant'Anna e a Ordem Carmelita	
1.1 As conquistas portuguesas no ultramar e o Padroado Régio	11
1.2 A escravidão dos índios e dos pretos nas vilas paulistas	12
1.3 A ordem carmelita e sua chegada à Vila de Sant'Anna	15
2. As Irmandades Negras: religiosidade e escravidão nas cidades e nas regiões periféricas	18
3. A Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Mogi das Cruzes	21
Considerações finais	26
Anexos	27
Bibliografia	31

Introdução

A região central das cidades brasileiras fundadas na época da colonização do país apresentam características semelhantes na distribuição geográfica dos prédios públicos e passeios. A igreja matriz sempre é o centro da cidade, a rua “direita” sempre liga essa matriz a outra igreja (ponto de partida e de chegada de procissões), e os prédios da câmara e de outros serviços públicos ficam nos arredores. Os lugares ocupados pelas residências das pessoas mais influentes da região, hoje em dia abrigam pontos de comércio e de serviços, às vezes novas ruas, mas se prestarmos atenção ainda nos é possível perceber o antigo traçado de cada lugar.



A região da cidade de São Paulo, apesar de primeiramente ocupada pelos jesuítas, desenvolveu-se de maneira “organizada” ao redor da igreja matriz que começou a ser construída em 1598. Foi a partir desse centro que outras ordens religiosas se instalaram: carmelitas, a direita do Largo da Sé; franciscanos a oeste; beneditinos um pouco mais ao norte (mas com seu altar principal “de frente” para São Francisco). A rua Direita até hoje liga o lado esquerdo do largo da Sé à Capela de Santo Antônio, na atual Praça do Patriarca.

No caminho entre São Francisco e São Bento, os escravos pretos construíram uma capela dedicada a Nossa Senhora do Rosário para sede de sua irmandade. O antigo largo do Rosário é hoje a Praça Antônio Prado, onde fica a sede da Bolsa de Mercadorias & Futuro e uma Igreja do Rosário foi construída no Largo do Paissandú.

Do mesmo modo, a cidade de Mogi das Cruzes/SP também floresceu em volta da Igreja Matriz, dedicada a Sant’Anna. Do largo da Matriz saía a rua Direita que ia até o largo do Rosário, onde ficava a igreja da irmandade dos homens pretos. Diferente do que ocorreu em São Paulo, esta irmandade desapareceu sem deixar memória na cidade:

todos conhecem a história da igreja que foi “transferida” para a Vila Industrial para dar lugar a um hotel e a um centro comercial na década de 1960, mas ninguém se lembra de quem construiu a igreja antiga. Alguns anos atrás, a prefeitura de Mogi instalou no Largo do Rosário o sino original e um painel de vidro com uma imagem da igreja, falta ainda o resgate da memória das pessoas que construíram a Capela de Nossa Senhora do Rosário em Mogi das Cruzes.

Um historiador da cidade publicou um vídeo na internet mostrando fotos da igreja no século XX e da sua demolição e, registros guardados no Arquivo Municipal de Mogi das Cruzes também mostram esse processo, mas em nenhum dos casos aparece alguma informação sobre a sua construção. Distante uns dois quilômetros do centro, está instalada a atual Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, onde estão as imagens e outros objetos que ficavam na antiga igreja.

A Irmandade do Rosário é desconhecida na cidade até pela própria Mitra Diocesana, apesar de existirem documentos do processo de usucapião movido pela Diocese de Mogi das Cruzes, na ocasião da venda do terreno, e estes se referirem à igreja como “Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos”. Existe ainda um decreto episcopal de 14/08/1963 que reduz ao uso profano a “*antiga Igreja da Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos desta cidade Episcopal de Mogi das Cruzes*”, que inclusive foi publicado nos jornais da época.

Outras publicações populares sobre a história da região só retratam a vida dos célebres mandatários da cidade, suas posses e seus feitos mais relevantes. Também existem alguns estudos que analisam a situação econômica da região nos séculos XVIII e XIX.

No âmbito acadêmico já existe um vasto material sobre irmandades formadas por escravos no Brasil até o início do século XX, mostrando como esse modo de organização popular foi utilizado pelos pretos na criação de uma nova identidade religiosa e social em substituição àquela perdida devido ao cativo. Esse aspecto se mostra presente nos estudos de diferentes regiões do país apesar das diversas origens e costumes dos que vieram da África e da diversidade de circunstâncias culturais e econômicas dos locais de trabalho no Brasil. Uma pesquisa neste sentido, centrada na região de Mogi das Cruzes, é importante porque vai retratar esta parcela da população

como agente da própria história e não somente como semoventes ou peças de inventários.

A única Irmandade de pretos que ainda existe na cidade é a de São Benedito, que depois de desavenças com a Ordem Terceira do Carmo “tirou seu santo de lá e mudou-se com ele” para o Santuário do Bom Jesus, que hoje em dia é mais conhecido como Igreja de São Benedito.

Os historiadores da cidade quando abordaram este tema sempre citaram a Capela do Rosário somente como um prédio secundário que abrigou os serviços da Matriz quando esta foi reconstruída após a queda de algumas de suas paredes. E os jornais de época só dão destaque às festas e procissões do Carmo e da própria Matriz.

O que não está evidente é o motivo do abandono do prédio da igreja. Sabe-se que a proibição do tráfico ultramarino de escravos (1850) teve como consequência uma escassez de mão-de-obra justo no período em que a base da economia paulista se voltava para a monocultura exportadora de café. Grandes proprietários de terra (entre eles os Carmelitas) adotaram a prática do arrendamento de suas fazendas e de seus escravos e com isso houve uma migração forçada dos trabalhadores para regiões produtoras (praticamente um tráfico terrestre de pessoas), o que causou uma variação demográfica significativa nas regiões tanto de origem quanto de destino dessas pessoas.

Também a abolição (1888), que possibilitou que os negros fixassem residência em outros lugares (uma das cidades da região têm sua fundação ligada a uma capela construída por uma ex-escrava), pode ter sido a causa do “abandono” da Irmandade e da igreja, que mesmo frequentada por outros grupos e pessoas da cidade não conseguiu resistir ao tempo sem os devidos cuidados de manutenção, pois não houve quem assumisse esse encargo no lugar de seus primeiros mantenedores.

Em diferentes épocas e lugares, e até nos dias de hoje, as religiões “*conseguem oferecer não somente ideias eternas, princípios abstratos e normas gerais como o faz a filosofia, mas também a corporificação viva de uma nova postura e de um novo estilo de vida*”¹. Por isso acompanhar a história da religiosidade de um povo, de um lugar, nos dá uma visão completa do ser humano e não somente do seu lado produtivo: é possível

1. KÜNG, H. *Projeto de ética mundial: uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana*. p.89

conhecer as motivações, os impulsos que levaram à construção deste tempo presente.

Eduardo Hoonart destaca “*dois discursos que condicionam o estudo da Igreja no Brasil*”²: o discurso do colonizador e suas instituições e o discurso que provém dos povos que foram vítimas desse sistema. Nenhuma delas consegue ser aceita por todos e, como a maioria dos registros de época vêm da parte do colonizador, nos cabe uma leitura que, se aproximando do ponto de vista dos “colonizados”, leve em consideração sua cosmovisão frente a um novo sistema religioso: uma “evangelização” que aceita e justifica a escravidão do outro, uma evangelização que põe os interesses econômicos em primeiro lugar.

Aí surgem “*organizações religiosas populares que escapavam relativamente ao controle do sistema*”³ e um dos exemplos citados pelo autor é a ação dos quilombos como meios de evangelização, de propagação de uma religião que “*não significa mais a ideologia da expansão do sistema colonial capitalista, mas sim a resistência (...)*”⁴.

Outro ponto de vista que tem sido usado na análise desses e de outros fatos que envolvem a religiosidade dos escravos é a necessidade de um novo sentido para a vida longe de sua original organização familiar, religiosa e social:

“Sem exagerar, podemos afirmar que estas organizações religiosas já salvaram milhões de pessoas do desespero e da morte física ou moral, pois foram elas, e unicamente elas, que foram capazes de dar sentido – para os vencidos e oprimidos – à nova situação criada a partir das invasões europeias do século XVI.”⁵

Transpondo essa situação para o contexto urbano, foi no espaço das irmandades que os pretos, tanto escravos quanto libertos, procuraram viver seus princípios ancestrais dentro de uma organização oficialmente aprovada pela Igreja Católica. Foi nessa nova religiosidade que se refletiram pontos comuns a várias tradições religiosas africanas: a **oralidade**, presente nas narrativas, nas canções, nos provérbios, nos nomes; o **sentimento do comunitário**, a relação de obrigações para com o grupo, as virtudes essenciais da solidariedade, da hospitalidade e do respeito; e a busca de uma **mediação** entre a divindade e os mortais.

2. HOONAERT, Eduardo. *A igreja no Brasil-Colônia (1550-1800)*. p.7

3. *Idem*, p.22

4. *Idem*, p.24

5. *Idem*, p.25

A Paróquia de Santana e a Ordem do Carmo

1.1 As conquistas portuguesas no ultramar e o Padroado Régio

Lendas e tradições sempre atribuíram à monarquia lusitana uma origem divina. Desde seu fundador, D. Afonso Henriques, marcado com um sinal de Deus pela própria Virgem Maria quando do seu nascimento, tendo seu ápice com a saga de D. Sebastião, desaparecido muito jovem durante uma batalha no continente africano. Mais tarde, com D. João VI, essa filosofia de vida do povo português consolidou-se, fortaleceu o nacionalismo e impulsionou de maneira decisiva a formação do império lusitano.

Este novo povo eleito deveria concretizar o Reino de Cristo sobre a terra: levar o ideal da cristandade a todos os povos infiéis garantindo assim a proteção divina aos portugueses. A fidelidade do povo afastaria tragédias naturais, políticas ou econômicas, caso contrário Deus mostraria seu desagrado em relação à sua conduta, como no período de 1580 a 1640, quando os espanhóis ocuparam o trono português ou no período da dominação holandesa em Pernambuco (1630 – 1654).

A expansão do domínio português sobre territórios em outros continentes significou assim, a expansão da influência da fé católica. A cruz, simbolizando a própria cristandade, passou a ser usada como estandarte, bandeira de guerra. A conquista territorial foi ao mesmo tempo conquista de novos súditos para a coroa portuguesa e de novos fiéis à Igreja Católica: enquanto os militares usavam a força, cabia aos *milicianos clericais* persuadir os povos desses territórios a aceitar o domínio político e religioso exercido por Portugal.

A essa linha de pensamento acrescentemos os interesses particulares dos portugueses das mais diversas classes sociais e eis a motivação perfeita! Bons negócios para os comerciantes, mais impostos para o governo e mais atividade para a corte. O litoral africano com entrepostos comerciais e depois a agricultura nas ilhas do Atlântico foram os primeiros passos para conquistar o mundo.

Mas toda essa empreitada não se baseou somente na tradição lusitana. A Igreja de Roma também manifestou seu apoio à monarquia portuguesa explicitamente através de bulas pontifícias que legitimavam as conquistas do império. Com a autorização expressa, vinda direto do papa, os monarcas portugueses exerciam, além dos poderes

civis, os poderes eclesiásticos em seus domínios – o Padroado Régio. Suas atribuições incluíam “*a apresentação de candidatos aos bispados e paróquias, bem como a obrigação de zelar pela construção e conservação dos edifícios de culto, remuneração do clero e pregação da doutrina cristã, através do envio de missionários.*”⁶

Essa situação teve duas consequências imediatas: a primeira é que o rei, como “patrono” da Igreja, foi considerado uma pessoa sagrada e, a segunda foi a subserviência do clero, tanto secular como regular, que se comportavam como funcionários em busca de uma promoção, empenhados no fortalecimento da autoridade do monarca.

Depois de alguns anos dedicados somente a extração do pau-brasil “el rey” D. João III se interessou pelo litoral devido ao clima úmido e tropical, ideal para o cultivo da cana-de-açúcar em larga escala e, engenhos de açúcar foram instalados principalmente na região nordeste do Brasil, entre Natal e Salvador, e em menor escala em São Luís, Vitória, Rio de Janeiro, Santos e São Vicente. É nesse clima que Martim Afonso de Sousa se instala no litoral paulista em 1531.

A religião nesta época foi vivida principalmente, “*através da capela, dos oratórios domésticos, da devoção aos santos*”⁷, uma prática religiosa independente, na maior parte do tempo, da presença física do sacerdote. “*Dessa forma temos que relativizar bastante a influência dos movimentos missionários emanados das ordens religiosas, na formação da mentalidade católica no Brasil*”⁸. De qualquer modo, o pensamento religioso sempre serviu como justificativa para as práticas políticas e comerciais implantadas na colônia.

1.2 A escravidão dos índios e dos pretos nas vilas paulistas

Aproveitando a experiência do litoral africano e nas ilhas do Atlântico, os portugueses optaram por trazer africanos cativos para o trabalho na lavoura: muitos deles “*provinham de culturas em que os trabalhos com ferro e a criação de gado eram usuais. Sua capacidade de produção era assim bem superior à do indígena*”⁹, que

6. AZZI, R. *A teologia católica na formação da sociedade brasileira*. p. 50

7. HOONAERT, E. *A igreja no Brasil-colônia*. p. 29

8. *idem*. p. 30

9. FAUSTO, B. *História concisa do Brasil*. p. 24

havia sido a primeira opção de mão-de-obra. Mas como o modo de vida e os costumes dos índios não se adaptaram ao trabalho forçado, os jesuítas tentaram alguns métodos de persuasão: uma catequese especial numa língua acessível e colégios para as crianças.

Mesmo assim o cativo, as doenças dos brancos, todo modo de vida “civilizado” matava os índios. A solução foi defendê-los: levando-os para longe das vilas dos portugueses até que estivessem preparados para a integração.

Em 1533 foi criado o bispado de São Salvador, “*sujeito ao arcebispado de Lisboa*”¹⁰, mas do mesmo modo que a administração exercida pelo governador-geral, a Igreja não conseguiu criar uma linha de trabalho uniforme em todas as suas frentes pelo fato da comunicação entre as capitanias ser muito precária:

“A correspondência dos jesuítas dá claras indicações desse isolamento. Assim, em 1552, escrevendo da Bahia aos irmãos de Coimbra, o padre Francisco Pires queixa-se de só poder tratar de assuntos locais porque ‘às vezes passa um ano e não sabemos uns dos outros, por causa dos tempos e dos poucos navios que andam pela costa e às vezes se veem mais cedo navios de Portugal que das capitanias.’ Um ano depois, metido no sertão de São Vicente, Nóbrega diz praticamente a mesma coisa: ‘Mais fácil é vir de Lisboa recado a esta capitania que da Bahia’.”¹¹

Mas a divergência de atitudes não foi só devida às falhas de comunicação por causa da distância geográfica: muitas vezes ela era criada por motivos ideológicos e até econômicos. Um exemplo: em conflito com os colonos de São Vicente, os jesuítas subiram a serra e fundaram o Colégio de São Paulo (1554), “*às margens do rio Anhembi, afastado e isolado do litoral onde o índio era escravizado nas plantações de cana-de-açúcar.*”¹² Com isso, vários aldeamentos indígenas se agruparam em torno do colégio e formou-se a Vila de São Paulo de Piratininga. Mas alguns colonos portugueses que também vieram para o planalto, bem como religiosos beneditinos e depois franciscanos e carmelitas, não viam problema algum em aprisionar indígenas para o trabalho forçado.

Animosidades e contendas foram inevitáveis: a questão da catequese dos índios, os ataques promovidos por tribos hostis, a cessão de terras e o estabelecimento de propriedades foram algumas das razões de conflito entre os moradores da vila e os jesuítas. Até para a construção da Igreja Matriz houve disputa entre os camaristas e os

10. *idem*, p.21

11. *idem*, p.21

12. HOORNAERT, op. cit., p.62

religiosos – ambos os lados solicitaram autorização ao rei para construção do prédio, permissão que foi concedida aos moradores que iniciaram suas obras em 1598. A vila de São Paulo ficou pequena para comportar tantos problemas: novas regiões precisavam ser conquistadas.

Apesar de histórias atribuírem a Braz Cubas o desbravamento da região de Mogi das Cruzes, o pesquisador Sérgio Buarque de Holanda sugeriu que o governador da capitania, Dom Francisco de Souza, incentivava entradas para a região do Vale do Paraíba, pelo fato de na região não haver notícias de índios hostis e na esperança de encontrar minas de ouro¹³. Gaspar Vaz, homem influente na vila de São Paulo, veio para a região por volta de 1601, e já em 1608 recebeu “*a carta de Sesmaria mais antiga que atesta a real ocupação do território do Alto Tietê (...)*.”¹⁴ O próprio Gaspar Vaz foi um dos signatários do pedido de licença para fundar a vila, em 1611, onde provavelmente já existia a igreja de taipa, que em 1747 ainda servia de matriz. O primeiro vigário foi o padre João Álvares, que permaneceu na vila até meados de 1625, quando mudou-se para a região da capela de Nossa Senhora da Ajuda, ainda dentro dos limites da vila, onde ficava o aldeamento dos índios Guaianazes. Foi substituído no serviço da Matriz pelo padre Gaspar Sanches.

A economia de Mogi era baseada na agricultura de subsistência e seu pouco excedente tinha por finalidade abastecer os viajantes que partiam ao sertão nas entradas promovidas pelo governador ou em expedições particulares (em 1630, os moradores de Mogi foram acusados pelos jesuítas de “predadores” de índios). Segundo Eni de Mesquita Samara, a maior parte dos escravos da região era de origem indígena, como atestam os inventários de Francisca Cardoso, esposa de Gaspar Vaz (1611), de Francisca Correa, esposa de Manoel Nogueira (1633) e de Ana Vaz, filha de Gaspar Vaz (1633), que citam “*índios administrados*”¹⁵, “gentios da terra” e também descrevem a rusticidade e escassez de vestimentas e mobiliário entre as famílias naquela época.¹⁶

13. DIAS, M. M., *A formação das elites numa vila colonial paulista: Mogi das Cruzes (1608-1646)*, p. 53

14. *idem*, p. 64

15. Sobre os índios administrados, segundo FAUSTO, “*Estes eram índios que, após a captura, tinham sido colocados sob a tutela dos colonizadores. Sua situação não era muito diversa da dos cativos.*” *Op. cit.* p.31.

16. SAMARA, E. M. *Mulheres Pioneiras: histórias de vida na expansão do povoamento paulista*, p. 10

Essa limitação de recursos chegou a causar problemas até com a administração da Igreja Matriz: registros nas atas da Câmara narram questões sobre o atraso ou o não pagamento do dízimo pelas pessoas da comunidade e sobre o baixo salário do vigário.

1.3 A ordem carmelita e sua chegada à Vila de Sant'Anna

A Ordem Conventual dos Carmelitas Observantes, que teve sua regra aprovada pelo papa Honório III em 1226, tem toda sua espiritualidade fundamentada no Oriente, onde se considera que tenha havido sua fundação. Um de seus membros, o inglês Simão Stock (1165-1265), teve uma visão na qual Nossa Senhora lhe entregou o escapulário com a recomendação de que o uso do objeto livraria as almas dos devotos das penas do Purgatório e do Inferno. Segundo Adalgisa Arantes Campos, em 1322, a Igreja Católica demonstrou apoio a esta devoção através da bula “*Sacratíssimo uti culmine*”, onde o papa João XXII conta que a promessa de Nossa Senhora também lhe fora confirmada em uma visão e por isso era concedido o **Privilégio Sabatino**¹⁷ a todos os fiéis que “*em vida tivessem pertencido à Ordem de Nossa Senhora do Carmo ou à confraria do Santo Escapulário.*”¹⁸ Os devotos também passaram, a partir daí, a gozar de indulgências plenas ou parciais.

Em 1562, os espanhóis Teresa de Ávila (1515 – 1582) e João da Cruz (1542 – 1591) fundaram o primeiro convento dos Carmelitas Descalços, preocupados “*com o retorno da primitiva observância, colocando como fundamento da mística as virtudes teologais (fé, esperança e caridade), a humildade, a pobreza, e penitência e a mortificação*”¹⁹, mas essa vertente da ordem não faz parte deste nosso estudo.

No Brasil, os carmelitas foram uma das primeiras ordens a chegar em missão, em 1580, liderados pelo frei Bernardo Pimentel, e se espalharam pelas regiões norte, nordeste e sudeste do Brasil. Em 1589 chegaram a Capitania de São Vicente e “*instalaram-se primeiro em Santos sob a proteção de José Adorno e Brás Cubas que doou-lhe terras para fundarem um convento e garantir sua manutenção.*”²⁰

17. CAMPOS, A.A. A ordem Carmelita. In: *Per musí*, nº 24, p.56. O **Privilégio Sabatino** garante a todos os fiéis, que usarem o escapulário, a saída do Purgatório no primeiro sábado após sua morte - tradição ligada ao Papa João XXII, embora eu não tenha encontrado a bula citada ente os documentos dele.

18. *idem*, p. 56

19. *idem*, p. 57

20. NUNES, F.L.B. A senzala e o claustro: a escravidão e a Ordem Carmelitana na cidade de São Paulo no século XIX, p. 72

Posteriormente subiram ao planalto de Piratininga onde construíram seu convento nas proximidades do rio Tamandateí e mais tarde, ainda no período da colônia, instalaram-se também na cidade de Itu.

Os frades carmelitas chegaram a Mogi, em 1627, a convite de uma das filhas de Gaspar Vaz, Catarina, apoiada por seu marido e pelo padre Gaspar Sanches. No papel de primeiros benfeitores, o padre pôs todos os seus bens à disposição da Ordem e o casal fez grande doação de terras ao solicitar um túmulo na Igreja do Carmo que ainda seria construída. A instalação oficial da Ordem em Mogi se deu em 1629, após a permissão do rei para a construção do convento.

“Em cinco anos apenas, os frades do Carmo tinham muito mais terras do que qualquer sesmeiro influente de Mogi, ou do que a própria Matriz; e inclusive, tinham montado com a permissão do capitão-mor, em 1628, um moinho de trigo.”²¹

Vale lembrar que nessa época o comércio com a metrópole foi prejudicado por causa da destruição da frota portuguesa na guerra contra os invasores holandeses na região nordeste do país. A importação de trigo e de escravos africanos sofreu um grande declínio, o que indiretamente incrementou a atividade das bandeiras na captura de indígenas e o cultivo do trigo, atividades que tornaram a decair com o fim da guerra.

Mas as andanças dos paulistas pelo interior do país tiveram como consequência a realização do sonho dos colonizadores portugueses: a descoberta de ouro na região da atual Sabará (MG), em 1695, ligada pela tradição ao nome de Borba Gato, genro de Fernão Dias Paes (o “caçador de esmeraldas”), grande benfeitor da ordem beneditina em São Paulo.

A exploração de ouro e posteriormente de diamantes progrediu até a metade do século XVIII, aliviando alguns problemas financeiros da metrópole e gerando um importante ciclo migratório para a região das minas: desde pessoas vindas de São Paulo e outras regiões da colônia até pessoas vindas de Portugal e das ilhas do Atlântico.

O deslocamento do eixo econômico para o centro-sul da Colônia também causou a transferência da administração para o Rio de Janeiro (1763), “*por onde entravam escravos e suprimentos e saía o ouro*”.²² O governo português realizou um grande esforço para controlar a entrada de pessoas, o comércio e a arrecadação de impostos na

21. DIAS, M. M. op. cit., p. 112

22. FAUSTO, B. op. cit., p.53

região das minas: a proibição da entrada do clero regular sem expressa autorização da coroa, a perseguição de alguns profissionais (os ourives em especial), a rígida supervisão na cobrança dos tributos, a vinda de forças militares profissionais diretamente de Portugal (para controlar escravos, escoltar o transporte de ouro e reprimir distúrbios graves) e a criação de milícias locais (compostas por brancos negros e mulatos livres) para enfrentar casos de emergência.

Mesmo afetando de modo negativo a economia açucareira do nordeste, a exploração dos metais preciosos propiciou um maior intercâmbio entre outras regiões da Colônia. Mulas utilizadas no transporte, gado e diversos alimentos vieram da região sul e da Bahia. No interior de São Paulo a cidade de Sorocaba abrigou uma importante feira por causa da passagem de comboios de animais que iam em direção à região das minas. Mesmo depois, com o declínio da produção de ouro (a partir da segunda metade do século XVIII) a Capitania de São Paulo manteve uma economia com base na agricultura, pecuária e comércio, não de forma intensiva, voltada para o mercado externo, mas com uma dinâmica que ainda necessitava do trabalho escravo.

A virada do século XIX foi propícia a produção de algodão e tecidos, o que, junto com a produção de milho, feijão, farinha e arroz, impulsionou a economia da região, especialmente a de Mogi das Cruzes. Os carmelitas, primeiros grandes proprietários de terra na região e provavelmente os primeiros grandes proprietários de escravos africanos, chegaram a possuir três fazendas: Sabaúna, Santo Ângelo e Santo Alberto, mas em comparação a outras regiões do país o número de escravos destas propriedades era pequeno, pois o regime de *plantation* nunca foi efetivamente utilizado, prova disso é o fato do número de mulheres, entre os escravos, ser muito semelhante ao número de homens, característica básica de uma economia de subsistência.²³

23. SANTOS, Jonas R. Senhores e escravos: a estrutura da posse de escravos em Mogi das Cruzes o início do Século XIX. p.2.

As irmandades negras: religiosidade e escravidão nas cidades e nas regiões periféricas

Durante a primeira metade do século XVII, anos de apogeu da economia do açúcar, a presença de escravos trazidos da África foi centralizada no nordeste brasileiro, onde os engenhos prosperaram. Na capitania de São Vicente predominava o cativo dos indígenas e uma economia mais voltada para a subsistência com um pequeno excedente que abastecia alguns viajantes e as expedições do governo ao sertão. *“Tudo se alterou com a descoberta de ouro pelos paulistas nos últimos anos do século XVII. Estes deixaram de cuidar dos negócios de índios para se dedicarem inteiramente à mineração, que necessitava do trabalho de escravos negros especializados em mineração.”*²⁴

Se a catequese dirigida aos nativos pelos missionários das diversas congregações religiosas começou pela persuasão através de certa adaptação cultural, e posteriormente utilizou-se de métodos mais coercitivos, a catequese dos negros foi delegada totalmente aos senhores de escravos. Numa situação onde o negro foi visto por este senhor como um objeto, um simples instrumento de produção, bastou um “*‘catecismo abreviado’ antes do batismo*”²⁵ e depois um ensino religioso que, quando existiu, só lhes falava de deveres, humildade, docilidade e dos terríveis castigos no além se faltassem as tais virtudes e obrigações.

Essa preparação incompleta para a vida social (só era ensinado ao escravo tarefas básicas do dia-a-dia e algumas outras atitudes esperadas pelo seu dono) acabou por colaborar para a preservação de tradições, costumes e religiosidades trazidos da África, mesmo tratando-se de pessoas de diferentes povos, tribos e nações (muitas vezes inimigas entre si).

Mesmo dentro dessa diversidade é possível ressaltar pontos comuns às diversas religiosidades africanas. O primeiro deles é a **oralidade**: os documentos da religião estão na pessoa, no seu nome, em seus costumes e nos seus ritos e símbolos. O segundo é o **sentimento comunitário**: a solidariedade, a hospitalidade e o respeito são a base para a manutenção do clã – daí a importância do ancestral: modelo de vida e de

24. HOORNAERT, op.cit., p. 63

25. SOARES, A.M.L., *Interfaces da revelação*, p. 95

sabedoria para todos (não como figura divinizada, mas como um exemplo a ser imitado por todos). E o terceiro ponto é a **mediação**: “*O Deus-fonte-de-vida só age "através-de", a saber, governa o mundo por intermédio dos seres humanos (antepassados) e dos espíritos guardiães e defensores*”.²⁶

Se no campo, onde o trabalho do escravo negro era empregado na lavoura, nos engenhos e na casa-grande, sua religiosidade era vivida, em sua maior parte, vinculada a um culto familiar centrado na família do senhor de engenho, na cidade “*as relações escravistas não se resumiram a um vínculo direto entre senhor e escravo (...)*”²⁷, os “*escravos de ganho*” prestavam serviços a outras pessoas, vendiam mercadorias, e, em troca, pagavam ao seu senhor uma quantia fixa por dia ou por semana. Essa situação de relativa liberdade, onde muitas vezes o cativo era responsável pelo seu próprio sustento, fez com que muitos se sujeitassem à prostituição ou à mendicância, mas por outro lado, proporcionou a muitos outros um contato, uma interação com outras pessoas que viviam as mesmas lutas e problemas.

A religiosidade urbana, embora também baseada na recepção dos sacramentos da Igreja, era uma religiosidade caracterizada pela grande participação dos leigos nas cerimônias e por um sem número de devoções. Nessa dinâmica, os espaços religiosos também “*transformam-se em espaços de sociabilidade*”²⁸. Célia Maia Borges traça um panorama sobre o modo de organização dos leigos na época. Ela nos fala sobre associações organizadas com a finalidade de promover o culto a um determinado santo. Existiam as **confrarias**, que somente promoviam eventos relacionados diretamente ao culto público (procissões, rezas e outras representações do gênero); as **irmandades**, que além das atividades religiosas promoviam ações para a proteção de seus membros como assistência aos irmãos doentes, idosos e mais pobres, acompanhando funerais e promovendo missas por suas almas, de maneira coletiva ou individual; já as **ordens terceiras** dependiam da autorização de uma ordem primeira para existir e o ingresso de seus participantes obedecia a critérios rigidamente seletivos.

Os brancos das classes dirigentes participavam das irmandades do **Santíssimo Sacramento**, de **Nossa Senhora da Conceição**, de **São Miguel e das Almas**, do **Bom Jesus dos Passos** e das **Almas Santas**. Os ricos comerciantes e funcionários da coroa

26. SOARES, A.M.L., op.cit, p. 103

27. FAUSTO, op.cit. p. 32

28. SOARES, M. C., *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*, p. 134

integravam a *Ordem Terceira de São Francisco* ou a *Ordem Terceira do Carmo*. Os escravos africanos faziam parte das irmandades de *Nossa Senhora do Rosário*, de *São Benedito* ou de *Santa Ifigênia*. Os escravos crioulos, os pretos forros e os mulatos formavam a irmandade de *Nossa Senhora das Mercês* e os pardos, a de *São Gonçalo*. “Nesse sentido, queremos aqui chamar a atenção para o fato das irmandades constituírem um mostruário da estruturação da sociedade local em que indivíduos de grupos sociais distintos se faziam representar nas diversas associações de irmãos.”²⁹

Mesmo entre os escravos havia distinções que se referiam ao trabalho exercido, à nacionalidade, ao tempo de permanência no país ou à cor da pele.

“‘Boçal’ era o cativo recém-chegado da África, ignorante da língua e dos costumes; ‘ladino’ o que já estava relativamente ‘adaptado’, falando e entendendo o português; crioulo era o nascido no Brasil. Uma coisa era o preto retinto em um extremo e o mulato claro em outro. Em geral, mulatos e crioulos eram preferidos para as tarefas domésticas, artesanais e de supervisão, cabendo aos escuros, sobretudo os africanos, os trabalhos mais pesados.”³⁰

Associações de solidariedade assim já eram comuns na Europa Medieval, onde o auxílio ao próximo fazia parte do imaginário cristão. Sob as mais diversas denominações e devoções, seus membros davam assistência aos enfermos, distribuía alimentos, acompanhavam defuntos e acolhiam viajantes em suas peregrinações, gestos de compaixão pelos desvalidos. Em nosso caso particular,

“a criação e difusão da Irmandade do Rosário são atribuídas a Ordem dos Dominicanos. (...) Portugal contou com várias Irmandades do Rosário espalhadas por Lagos, Évora, Leiria, (...) Em Lisboa situavam-se nos conventos de São Domingos, São Salvador, Graça, Santíssima Trindade e Santa Joana. A confraria de Nossa Senhora do Rosário disseminou-se também pela África, América e Ásia, marcando presença em Goa e Macau.”³¹

Uma das mais fortes justificativas para a criação das irmandades de pretos aqui no Brasil foi a questão da morte pois, grande número dos escravos eram abandonados por seus senhores quando ficavam velhos ou adoeciam e, do mesmo modo, vários de seus cadáveres eram “*jogados nas praias e nas portas das igrejas.*”³²

29. BORGES, C. M. Escravos e libertos nas irmandades do Rosário, p. 59.

30. FAUSTO, B. op. cit. p. 32

31. BORGES, C.M. op.cit. p.49

32. SOARES, M.C. op.cit. p. 144

A Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Mogi das Cruzes

“Mogy, 29 de Outubro de 1920

Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Snr.

Pretendendo a Irmandade de N. S. do Rozario desta cidade encerrar com o maior brilhantismo o mez de outubro e solemnizar a festa de N.S. do Terço, venho humilde e respeitosamente pedir a V. Ex. R.^{ma} Provisão de Procissão com imagem para Domingo próximo, dia 31 d c. m.

Espero receber mercê.

O Vigário da Parochia

Pe.Argilio M(?)”³³

Este é um dos registros mais recentes no qual se pode encontrar uma citação literal sobre a Irmandade do Rosário de Mogi das Cruzes. A administração eclesiástica da região, estabelecida como Diocese em 1962, era responsabilidade da Paróquia de Sant’Anna e grande parte de seus papéis estão sob a guarda do Arquivo Metropolitano da Arquidiocese de São Paulo.

Na cidade de Mogi, a única irmandade relacionada a um santo que tradicionalmente apadrinhava os homens pretos é a Irmandade de São Benedito, que ainda hoje utiliza o espaço do Santuário do Bom Jesus, igreja que é mais conhecida como Igreja de São Benedito.

Até meados dos anos 60 existia no Largo do Rosário uma igreja (que hoje em dia é mais lembrada por ser anexa a um convento de religiosas). Seu terreno foi vendido pela nova diocese e no lugar foi erguido um centro comercial e um hotel, mas a

33. Pasta VII da Paróquia de Mogi das Cruzes, Arquivo Metropolitano de São Paulo.

construção da primeira capela foi por volta do ano de 1746 e, de acordo com os *Registros de Despesas das obras da capela*, durou pelo menos dez anos.

*“Aos vinte e dois dias do mês de Janr^o
de mil e setecentos e quarenta e sete
anos em meza estando pezente o
R^{do} Vig^o Jose Dias dos Santos, pro=
curador e tesoureiro e mais Irma
us de meza tiramos do cofre da dita
Irmandade p/ª pagamento de taboado
p/ª as obras da Capella de Nossa S^a do
Rozario vinte e cinco mil e quarenta
reiz por verdade fiz este termo eu
(?) Cabral Dornellas escrivão que
Escrevi*

*R Vig Jose Dias dos Santos
Miguel Franco do Prado
Pedro Martins Pereira³⁴*

O *Termo de entrada de irmãos*³⁵ atesta a existência da irmandade desde 1722. Nele encontramos o nome dos irmãos, a data de sua entrada, os pagamentos efetuados à irmandade e, no caso de registro de falecimento, simplesmente a expressão “morto” ao lado do nome ou alguns riscos verticais sobre toda anotação.

“Eliaz

*Aos vinte e cinco diaz do mês de Dezembro de 1792
entrou nesta Santa Irmandade Eliaz
escravo cazado de Francisco Bueno da Silveira, e se
obligou a cumprir os capítulos deste Compromisso
93.pg.94.pg.95.pg.96.pg.97.pg.98.pg.99.pg.”³⁶*

Diferente da situação de centros urbanos maiores, em Mogi não existe a distinção de irmãos de acordo com sua nacionalidade. Isso pode ser devido ao fato de os pretos que vieram a esta região serem, na sua maioria, nascidos no Brasil, o que torna informações como parentesco ou propriedade mais importantes que os registros que destaquem a nacionalidade:

34. Arquivo Metropolitano de São Paulo, 12-2-47, p. 2 (verso)

35. Arquivo Metropolitano de São Paulo, 12-2-47

36. Arquivo Metropolitano de São Paulo, 12-2-47, p.36 (verso)

“Ines

*Aos 6 de Janeiro de 1838 a sentouce
Nesta Irmandade N S^a do Rozario
Ines Maria, f^a Franco J^a Machado,
E se o brigou p^a tudo q’ manda o cum
primento. pg. entrada*

Joana

*Aos 6 de Janeiro de 1838
A Escrava Joana, de Franco J^a
Machado a sentouce nesta Irmande
N S^a do Rozario e se o brigou p^a
tudo q’ manda o cmprim.^{to}. pg
sua entrada*

Bento

*Aos 6 de Janeiro de 1838
A centouce Bento Rodrigues nesta
Irmd^e de N S^a do rozario, e se o
Brigou p.^a tudo q’ manda o cum=
primento. pg. sua entrada”³⁷*

Assim, as relações de parentesco e/ou servidão são destaque em muitos registros:

“Gertrudes

*Aos vinte e cinco diaz do mez de Dezembro de 1791 entrou nesta
Irmande Gertrudes, escrava de Jose Joaquim de Sant^a Anna,
Pagou sua entrada e prometeo cumprir o compromisso.*

*Pg.entrada em 91, em 92 pg 93 pg 95 pg 96 pg 97 pg
99 pg 1801 pg
1804 pg 1806 pg*

Gertrudes Luiza

*Aos 27 do mez de dezembro de 1807
entrou nesta Irmande Gertru
des Luiza m^{er} do Alferes Gabriel
Joze Barro e se obrigou aos ca
Pitulos do compromisso. 1807 pg”³⁸*

37. Arquivo Metropolitano de São Paulo, 12-2-47, p. 101 (verso)

38. Arquivo Metropolitano de São Paulo, 12-2-47, p. 55

No registro citado anteriormente, além da relação de parentesco (mulher?) é descrita a profissão do parente que, por sua vez também se registrou na Irmandade, conforme o termo seguinte do livro. É o único caso desse tipo ainda legível.

Um ponto comum entre a Irmandade do Rosário de Mogi com outras organizações desse tipo pode estar nos aspectos da solidariedade e da caridade. Ainda segundo Celia Maia Borges o modelo assistencial das irmandades europeias foi apropriado às circunstâncias locais aqui no Brasil: “A ajuda aos irmãos era uma prática de todas as organizações fraternais, conforme a condição financeira de cada uma.”³⁹ Mesmo sem saber detalhes sobre os gastos desta Irmandade, é possível ter um vislumbre de sua situação financeira pela análise do mesmo Termo de Entrada:

“Jose Bueno de Freitas

*Aos seis dias do mês de Janeiro de
1793 entrou nesta Irmandade Jose Bueno de Freitas,
dando de entrada por sua devoção oitenta reiz, e pro=
mettendo de anual o mesmo em cada anno.
pg de entrada 80 reiz ano de 1793 e seo anual no fim
do mesmo anno 94 pg. pagou tudo e morreo.”⁴⁰*

Além dos pagamentos que aparecem no livro “Termo de entrada”, ainda encontra-se no Arquivo Metropolitano o registro da doação “*duma morada de casas por Pedro Franco de Camargo para o patrimônio da Confraria de Nossa Sra do Rosário dos Pretos de Mogy das Cruzes*”⁴¹ em 1834.

O último registro feito pelos próprios irmãos que encontrei foi uma carta ao Vigário Geral da Diocese de São Paulo em 1905, onde é justificado o desaparecimento do livro de “*escrita e despeza*” devido ao falecimento do irmão tesoureiro João Rodrigues Silva, declarado o valor em dinheiro que a irmandade possui na época e reiterado o caráter e honestidade do falecido. Junto a esta carta foi enviada a São Paulo uma carta do pároco da região confirmando os fatos⁴².

39. Borges, C. M., op. cit., p. 110

40. Arquivo Metropolitano de São Paulo, 12-2-47, p. 59

41. Arquivo Metropolitano de São Paulo, 1-2-3, p. 47

42. Arquivo Metropolitano de São Paulo, pasta IV da Paróquia de Mogi das Cruzes.

Como o processo de usucapião movido pela Diocese local em 1963 alega a posse do terreno desde 1862, é possível que uma grande reforma tenha acontecido no prédio: existe notícia da instalação de novos altares em 1882 e o brasão sobre o arco do altar-mor, na época da demolição, trazia a inscrição “1900”.

No ano de 1914 o prédio da Igreja Matriz entrou em reforma e os serviços religiosos foram transferidos para o prédio da Igreja do Rosário, fato que tornou a ocorrer em 1952, quando as paredes da Matriz ruíram e foi iniciada a construção do novo prédio.⁴³

Em 1957 quando as paredes de taipa ao fundo da Igreja do Rosário vieram abaixo o destino do prédio foi selado, mas já não havia mais notícias da Irmandade dos Homens Pretos. Na década de 30, as irmãs carmelitas descalças do Mosteiro de Santa Thereza haviam solicitado um terreno na cidade para a construção de um convento e foi-lhes concedido o terreno anexo à Igreja do Rosário. Lá as irmãs viveram reclusas e mantiveram uma pequena fábrica de hóstias até 1952, quando se mudaram para a cidade de Aparecida (SP).

Em fevereiro de 1958 foi criada a Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Mogi das Cruzes, oficialmente instalada em 1963, mesmo ano da redução do prédio da antiga Igreja ao “uso profano”.

O documento de compra do terreno da velha igreja foi firmado em 1966 entre a Mitra Diocesana de Mogi das Cruzes (na pessoa de D. Paulo Rolim Loureiro) e o Conjunto Rosário (representado pelos senhores Isaac Grimberg e Jayme Grimberg), fixando o preço de Cr\$ 275.000.000 pelo terreno de 1374,66m² no qual ainda estava “(...) *uma construção antiga e em estado de ruínas, que constituíra, de um templo católico e capela de Nossa Senhora do Rosário de Homens Pretos da cidade de Mogi das Cruzes (...)*”⁴⁴.

43. Souza Jr., Amauri & Chagas, Vladimir J. *A antiga igreja do Rosário*, p.17

44. Arquivo Municipal de Mogi das Cruzes, caixa 96.

Considerações finais

As Irmandades religiosas foram o principal ponto de encontro entre a religião católica e a religiosidade ancestral que os pretos trouxeram consigo da África. Diante de uma nova, diferente e difícil realidade da vida em regime de escravidão, a religiosidade foi fonte de novas referências e motivações para aquelas pessoas arrancadas da condição de seres humanos livres.

O isolamento forçado de tudo o que lhes era familiar fez surgir a necessidade de se criar novas relações com outros que viviam a mesma situação, que sentiam a mesma solidão. Os significantes do catolicismo foram enriquecidos com experiências e significados diversos; a estrutura social, à maneira dos “senhores” foi reproduzida de modo a permitir a efetiva participação de todos. Mas principalmente as relações familiares, dentro de um conceito de família mais amplo, foram recriadas através, principalmente, do compromisso de solidariedade entre os “irmãos”.

Ainda há muito trabalho a ser feito antes que as manifestações dessa religiosidade popular deixem de ser consideradas somente como “folclore”, como algo que se repete por simples tradição. No caso particular de Mogi das Cruzes existe ainda um longo caminho a se percorrer se quisermos ver uma história da religião a partir do discurso da gente mais simples, de quem realmente construiu essa história.

Anexos



Figura 1: Vista da Rua Deodato Wertheimer no início do século XX. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário já aparece com a fachada reformada. (Fonte: Arquivo Municipal de Mogi das Cruzes)



Figura 2: Vista da Rua Deodato Wertheimer nos anos 50. (Fonte: Arquivo Municipal de Mogi das Cruzes)



Figura 3: A Igreja do Rosário nos anos 50.
(Fonte: Arquivo Municipal de Mogi das Cruzes)



Figura 4: Interior da Igreja do Rosário nos anos 60.
(Fonte: Arquivo Municipal de Mogi das Cruzes)



Figura 5: Brasão sobre o arco do altar principal, na época da demolição.
(Fonte: Arquivo Municipal de Mogi das Cruzes)



Figura 6: Vista interna de uma parede de taipa.
(Fonte: Arquivo Municipal de Mogi das Cruzes)



Figura 7: Vista da nave central durante a demolição.
(Fonte: Arquivo Municipal de Mogi das Cruzes)



Figura 8: Atual Largo do Rosário em Mogi das Cruzes

Bibliografia

AZZI, Riolando. *A teologia católica na formação da sociedade colonial brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BORGES, Célia Maia. *Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário – Devoção e solidariedade em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX*. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2005

CAMPOS, Adalgisa A. A ordem Carmelita. In: *Per Musi*, n.24. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2011, p.54-61.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *A Afro-América: a escravidão no novo mundo*. 3ª ed. SP: Brasiliense, 1984.

CHAGAS, Vladimir J. e SOUZA JR, Amauri. *A antiga igreja do Rosário*. Trabalho apresentado a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UMC. Mogi das Cruzes, SP, 1981. (Caixa nº 96 do Arquivo Histórico de Mogi das Cruzes)

DIAS, Madalena Marques. *A formação das elites numa vila colonial paulista: Mogi das Cruzes (1608-1646)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2001.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. 2.ed., 5.reimpr. São Paulo: Edusp, 2012.

HOONAERT, Eduardo. *A igreja no Brasil-Colônia: 1550-1800*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Mulheres Pioneiras: histórias de vida na expansão do povoamento paulista*. BRASA VI - International Congress, 2002.

SANTOS, Jonas R. *Senhores e escravos: a estrutura da posse de escravos em Mogi das Cruzes o início do Século XIX*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, de 20-24 de setembro de 2004.

SOARES, Afonso M. L. *Interfaces da revelação. Pressupostos para uma teologia do sincretismo religioso no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2003.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<http://www.youtube.com/watch?v=kT0yWqCjFPk>, em 25/09/2012

http://www.catedraldase.org.br/site/?page_id=8, em 25/09/2012